



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682198 - GO (2021/0231480-9)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE GOIAS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : VANDIR RODRIGUES CUNHA (PRESO)
OUTRO NOME : VANDIR RODRIGUES DA CUNHA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VANDIR RODRIGUES CUNHA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (Ação Penal n. 0283509-80.2017.8.09.0175).

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 6 anos e 3 meses reclusão em regime inicial fechado, como incurso no artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

A impetrante sustenta que os policiais teriam invadido a residência do paciente, sem que houvesse situação de emergência e sem prévia ordem judicial, o que ensejaria a ilegalidade do flagrante e a consequente nulidade das provas que fundamentaram a condenação do réu.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja declarada a ilegalidade da condenação baseada em provas ilícitas, na esteira do art. 386, II, do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Ademais, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, o impetrante juntou apenas o acórdão dos embargos infringentes e os embargos de declaração deles opostos, deixando de colacionar a cópia da sentença e do acórdão que julgou a apelação. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido formulado.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência